

500 QUESTÕES

PM-PI

SOLDADO



CADERNO DE TREINAMENTO



QUESTÕES GABARITADAS



DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



PM - PI

500 Questões Gabaritadas
Soldado

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	40

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA BÁSICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	17

CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ

QUESTÕES.....	1
GABARITO	13

LEGISLAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	16

SUMÁRIO



CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	16

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	17

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	17



1. (FCC - 2022)

Atenção: Leia o texto a seguir para responder à questão.

Renato Mendonça e A influência africana no português do Brasil, um estudo pioneiro de africanias no português brasileiro

A partir de uma definição da antropóloga Nina Friedemann em “Comunidades negras: refúgios de africanias na Colômbia”, podemos entender africanias como a bagagem cultural submergida no inconsciente iconográfico dos negroafricanos entrados no Brasil em escravidão, que se faz perceptível na língua, na música, na dança, na religião no modo de ser e de ver o mundo, e que, no decorrer dos séculos, como forma de resistência e de continuidade na opressão, transformou-se e converteu-se em matrizes partícipes da construção de um novo sistema cultural e linguístico que nos identifica como brasileiros.

São essas matrizes que, na década de 1930, o diplomata, escritor e pesquisador alagoano Renato Firmino Maia de Mendonça (1912 – 1990), em sua monografia sobre A influência africana no português do Brasil, trata de pontuar na formação da modalidade da língua portuguesa no Brasil, em nossas tradições orais e na literatura brasileira

Em 1933, a 1ª edição foi publicada pela Gráfica Sauer com prefácio de Rodolfo Garcia, trazendo o mapa da distribuição do elemento negro no Brasil colonial e imperial. Em 1935, sai a 2ª edição pela Companhia Editora Nacional, na Coleção Brasileira, ilustrada com mapas e fotografias e aumentada em dois capítulos, um esboço histórico sobre o tráfico e um ensaio sobre o negro na literatura brasileira. Também de caráter inovador são os mapas toponímicos com localidades designadas por nomes africanos no Brasil, da autoria do geógrafo Carlos Marie Cantão, que vêm em addendum, ao final do livro. A 3ª edição, de 1948, é publicada no Porto pela Figueirinhas. Em 1972 e 1973, a 2ª edição é republicada pela Civilização Brasileira.

Ao lado de Jacques Raimundo, que coincidentemente publicou, pela Renascença, em 1933, O elemento afro-negro na língua portuguesa, a obra de Renato Mendonça é um estudo de referência obrigatória nessa importante área de pesquisa, cuja repercussão científica corresponde a menos do que seu valor real, em razão da tendência de esse conhecimento ser considerado, por linguistas e filólogos, mais como objeto de pesquisa dos africanistas e dos especialistas em estudos “afro-brasileiros” – assim denominados como uma palavra composta de acordo com a grafia consagrada e recomendada pelo recente acordo ortográfico. Neste contexto, separado por um traço de união em lugar simplesmente de se escrever afrobrasileiros, o termo afro, tratado como um prefixo, reflete de maneira subliminar aquela tendência. Destaca-se como se fosse um aparte eventual no processo e não a parte afrobrasileira inscrita em nossa identidade cultural e linguística.

Dentro desse plano de entendimento, Renato Mendonça coloca e avalia a interferência que aquelas vozes de mais de quatro milhões de negros escravizados, no decorrer de três séculos consecutivos, imprimiram naquela língua portuguesa que eles foram obrigados a falar como segunda língua no Brasil. Ao mesmo tempo, Mendonça enriquece e alarga suas análises baseado em uma bibliografia ainda hoje consistente e de grande valia para os estudos atuais sobre a história e a etnografia africanas e suas línguas, principalmente sobre as que foram faladas no Brasil, as quais ele adequadamente chama de negroafricanas.

(Adaptado de: CASTRO, Yeda Pessoa de Prefácio – Renato Mendonça e A influência africana no português do Brasil, um estudo pioneiro de africanias no português brasileiro. In: Mendonça, Renato. A influência africana no Português do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 15-16)

Observações:

1 Addendum: adendo, apêndice.

Considerando a ortografia padrão é correto afirmar:

**1. (FCC - 2026)**

Quatro moedas têm, em uma de suas faces, o número 0 (zero) inscrito. Na outra face dessas moedas, estão inscritos, respectivamente, 10, 15, 20 e 25. Essas moedas são equilibradas e, após todas serem lançadas, os números inscritos nas faces que ficarem voltadas para cima serão somados.

A probabilidade de essa soma ser maior do que 30 é

- (A) $5/16$
- (B) $7/16$
- (C) $9/16$
- (D) $3/8$
- (E) $5/8$

2. (FCC - 2022)

Em um clube com 400 associados, será realizada uma pesquisa com todos os associados com relação a 3 candidatos (A, B e C), que não pertencem ao quadro de associados e que pretendem ser o presidente do clube. O resultado obtido foi:

- I. Metade dos associados gostam do candidato A.
- II. 60% dos associados gostam do candidato B.
- II. 55% dos associados gostam do candidato C.
- IV. 25% dos associados gostam dos candidatos A e B.
- V. 20% dos associados gostam dos candidatos A e C.
- VI. 30% dos associados gostam dos candidatos B e C.
- VII. 5% dos associados não gostam de nenhum dos 3 candidatos.

Escolhendo aleatoriamente um associado do clube, a probabilidade de ele gostar de um e somente um candidato é igual a

- (A) 35%
- (B) 20%
- (C) 30%
- (D) 40%
- (E) 25%

3. (FCC - 2026)

Sabe-se que 12% dos contribuintes de uma determinada base são selecionados em uma malha fiscal. Dentre os selecionados, 65% apresentam inconsistências graves, enquanto esse índice é de apenas 4% entre os contribuintes não selecionados. Ao escolher aleatoriamente um contribuinte que apresenta inconsistência grave, a probabilidade aproximada de ele ter sido selecionado na malha fiscal é de

- (A) 69%
- (B) 95%



1. (FCC - 2024)

No Windows 10, aberto e funcionando em condições ideais, um funcionário, executando como administrador, na área do *prompt* de comandos (cmd), digita `help attrib` para saber como os parâmetros R e H serão úteis para o que ele necessita fazer com alguns arquivos. Assim, ele obteve o significado desses parâmetros que são, correta e respectivamente, um atributo de

- (A) arquivo somente leitura e um atributo de arquivo oculto.
- (B) restauração de arquivo e um atributo de exame de integridade de arquivo.
- (C) arquivo morto e um atributo de integridade de arquivo.
- (D) arquivo somente leitura e um atributo de arquivo padrão.
- (E) recuperação de arquivo fixado e um atributo de arquivo sem conteúdo indexado.

2. (FCC - 2024)

No *prompt* de comando do Windows 10, é possível obter o endereço IP do computador:

- (A) clicando em Alt+F12.
- (B) digitando o comando `ipaddress` e, após, pressionando Enter.
- (C) clicando em Configuração, digitando `exibir IPe`, após, pressionando Enter.
- (D) digitando o comando `ipv4` e, após, pressionando Enter.
- (E) digitando o comando `ipconfig` e, após, pressionando Enter.

3. (FCC - 2024)

No Windows, funcionando em condições ideais, um usuário abriu a pasta A, selecionou um arquivo e pressionou a combinação de teclas CTRL + X. Em seguida, mudou para a pasta B e pressionou a combinação de teclas CTRL + V. O arquivo

- (A) que estava originalmente na pasta A foi compactado e gravado na pasta B.
- (B) que estava originalmente na pasta A foi movido para a pasta B.
- (C) continuou na pasta A e um atalho para ele foi criado na pasta B.
- (D) que estava originalmente na pasta A foi copiado para a pasta B.
- (E) foi colocado na área de transferência e, em seguida, enviado para a lixeira.

4. (FCC - 2024)

Considere que os itens entre < > são parâmetros do comando. No *prompt* de comando do Windows 10 utilizado em condições ideais no modo administrador, um usuário digitou os comandos `PING <IP>` e `CD «nome-diretório»` respectivamente para

- (A) exibir as configurações de rede - criar um diretório.
- (B) analisar um arquivo conectado - exibir dados de um diretório.
- (C) rastrear a rota de um pacote de rede - apagar um diretório vazio.



Conhecimentos Regionais do Estado do Piauí

1. (2026)

O estado do Piauí apresenta características físicas que o diferenciam de outras unidades federativas do Nordeste. Considerando sua localização, limites e faixa litorânea, assinale a alternativa correta.

- (A) O Piauí situa-se na porção centro-norte do Nordeste, faz limite com Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Tocantins, e possui uma curta faixa litorânea voltada para o Oceano Atlântico.
- (B) O Piauí está localizado exclusivamente no semiárido nordestino, não possui litoral e faz fronteira apenas com Maranhão e Ceará.
- (C) O Piauí situa-se no extremo sul do Nordeste, limita-se com Goiás e Minas Gerais e apresenta litoral extenso e densamente povoado.
- (D) O Piauí localiza-se na Região Norte do Brasil, com predomínio amazônico e litoral voltado para o rio Amazonas.
- (E) O Piauí está situado integralmente no litoral nordestino, com economia organizada historicamente pela navegação marítima.

2. (2026)

A respeito do relevo do Piauí, analise a descrição: áreas localizadas principalmente no centro e norte do estado, com altitudes mais baixas, entre aproximadamente 200 e 400 metros, favorecendo atividades como o pastoreio e a agricultura de subsistência. Essa descrição corresponde principalmente às

- (A) serras cristalinas litorâneas.
- (B) depressões interplanálticas.
- (C) planícies amazônicas.
- (D) dunas costeiras contínuas.
- (E) planícies glaciais.

3. (2026)

O clima predominante no Piauí influencia diretamente a agricultura, o abastecimento de água e os modos de vida da população. De acordo com o texto, o clima semiárido piauiense caracteriza-se por

- (A) baixas temperaturas anuais, chuvas bem distribuídas e umidade constante.
- (B) ocorrência de geadas frequentes, elevada altitude e chuvas concentradas no inverno.
- (C) altas temperaturas, baixa umidade relativa do ar e chuvas irregulares concentradas em parte do ano.
- (D) predomínio de neve nas chapadas e chuvas abundantes durante todos os meses.
- (E) ausência de estação seca e predominância de florestas densas em todo o território.



Legislação da Polícia Militar do Estado do Piauí

1. (2026)

Considerando o art. 1º da Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977, a Polícia Militar do Estado do Piauí — PMPI — é definida como Força Auxiliar e Reserva do Exército, organizada com base na disciplina e na hierarquia. Segundo esse dispositivo, a destinação institucional da PMPI consiste em:

- (A) substituir as Forças Armadas em todas as hipóteses de guerra externa e calamidade pública.
- (B) atuar como órgão autônomo, sem subordinação administrativa ou operacional a autoridades estaduais.
- (C) desempenhar apenas atividades de proteção civil, busca, salvamento e combate a incêndio.
- (D) manter a ordem pública e a segurança interna do Estado do Piauí, sob a autoridade do Governador do Estado, dentro dos limites da lei.
- (E) exercer exclusivamente atividades de polícia judiciária militar e investigação criminal no âmbito estadual.

2. (2026)

De acordo com o art. 2º da Lei nº 3.529/1977, compete à Polícia Militar do Estado do Piauí exercer determinadas missões institucionais. Entre essas competências, encontra-se expressamente prevista a atuação:

- (A) exclusivamente repressiva, dispensada a atuação preventiva em áreas de possível perturbação da ordem.
- (B) investigativa, mediante instauração de inquéritos policiais civis para apuração de crimes comuns.
- (C) preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas onde se presuma possível a perturbação da ordem.
- (D) jurisdicional, mediante julgamento de infrações disciplinares praticadas por civis.
- (E) legislativa, mediante elaboração direta de normas penais e administrativas estaduais.

3. (2026)

Nos termos do art. 3º da Lei nº 3.529/1977, em conformidade com o art. 4º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, e com o nº 8 do art. 2º do R-200, aprovado pelo Decreto nº 66.862, de 8 de julho de 1970, a Polícia Militar do Estado do Piauí subordina-se operacionalmente:

- (A) ao Secretário de Segurança Pública.
- (B) ao Chefe do Estado-Maior do Exército.
- (C) ao Comandante do Corpo de Bombeiros.
- (D) ao Presidente da República.
- (E) ao Ministério da Justiça.



1. (FCC - 2026)

Considere o seguinte trecho, extraído de decisão do Supremo Tribunal Federal:

“O art. [...] da Constituição assenta como um dos [...] do Estado brasileiro a [...] – que significa o poder político supremo dentro do território, e, no plano internacional no tocante às relações da República Federativa do Brasil com outros Estados soberanos [...]. A [...], dicotomizada em interna e externa, tem na primeira a exteriorização da vontade popular [...] através dos representantes do povo no parlamento e no governo; na segunda, a sua expressão no plano internacional, por meio do presidente da República.”

À luz da Constituição Federal, o texto em destaque refere-se à

- (A) autodeterminação dos povos, consagrada como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (B) soberania, consagrada como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (C) separação dos poderes, consagrada como um dos princípios fundamentais do Estado brasileiro.
- (D) igualdade entre os Estados, consagrada como um dos princípios de regência da República brasileira nas suas relações internacionais.
- (E) independência nacional, consagrada como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito brasileiro.

2. (FCC - 2025)

De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito,

- (A) tendo como objetivos fundamentais, dentre outros: construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização; e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (B) regendo-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: prevalência dos direitos humanos; garantia do desenvolvimento nacional; não concessão de asilo político,
- (C) devendo buscar exclusivamente a integração social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações,
- (D) sendo Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público da União.
- (E) sendo que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, não sendo possível o exercício do poder diretamente pelo povo.

3. (FCC - 2023)

A solução pacífica dos conflitos é prevista na Constituição Federal de 1988 como

- (A) objetivo fundamental.
- (B) fundamento da República.
- (C) princípio das relações internacionais.
- (D) parte do preâmbulo.
- (E) direito e garantia fundamental



Constituição do Estado do Piauí

1. (2026)

De acordo com o art. 39 da Constituição do Estado do Piauí, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios deve obedecer a um conjunto de princípios expressamente previstos no texto constitucional estadual. Considerando a redação dada pela Emenda Constitucional nº 27, de 17 de dezembro de 2008, assinale a alternativa que apresenta corretamente esses princípios.

- (A) Legalidade, pessoalidade, conveniência, economicidade e hierarquia.
- (B) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (C) Moralidade, supremacia privada, publicidade, eficiência e discricionariedade.
- (D) Publicidade, legalidade, sigilo administrativo, produtividade e subordinação.
- (E) Eficiência, oportunidade, conveniência, pessoalidade e moralidade.

2. (2026)

O art. 40 da Constituição do Estado do Piauí estabelece regras para licitações promovidas pela Administração direta, indireta ou fundacional do Estado e dos Municípios. Segundo esse dispositivo, as licitações para obras, serviços, compras e alienação de bens devem observar, sob pena de nulidade, determinados princípios e normas. Assinale a alternativa correta.

- (A) Devem observar apenas as normas internas de cada órgão, sendo facultativa a publicidade dos atos.
- (B) Devem observar os princípios de hierarquia, sigilo, economicidade e conveniência administrativa.
- (C) Devem observar os princípios de isonomia, publicidade e probidade administrativa, além das normas gerais e específicas fixadas em lei.
- (D) Devem ser realizadas exclusivamente por decisão discricionária do chefe do Poder Executivo.
- (E) Devem priorizar a contratação direta sempre que houver interesse público declarado.

3. (2026)

Nos termos do art. 41 da Constituição do Estado do Piauí, a criação de autarquia e a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação obedecem a requisitos constitucionais específicos. Considerando esse artigo, assinale a alternativa correta.

- (A) A autarquia pode ser criada por decreto do chefe do Poder Executivo, independentemente de lei.
- (B) A empresa pública e a sociedade de economia mista são criadas diretamente por ato administrativo.
- (C) A fundação pública pode ter suas áreas de atuação definidas por portaria administrativa.
- (D) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, cabendo à lei complementar definir as áreas de atuação da fundação.
- (E) A privatização de entidades da Administração indireta dispensa autorização legislativa quando houver interesse econômico.

**1. (FCC - 2021)**

Sobre o princípio da legalidade:

- (A) limita-se à previa definição do crime, mas a pena pode ser cominada posteriormente.
- (B) aplica-se a crime e contravenções penais, salvo crimes hediondos e equiparados.
- (C) permite a retroatividade da lei penal em caso de crime violento e sexual.
- (D) constitui um entrave ao combate da criminalidade violenta no Brasil.
- (E) requer que além de prévia, a lei seja taxativa.

2. (FCC - 2022)

Rafael, primário, foi preso em flagrante delito após tentar subtrair poucos bens de uma rede de Supermercados. Avaliados, os bens totalizaram R\$ 38,00 (trinta e oito reais) e foram integralmente restituídos à vítima. Nesse caso, o Defensor Público fundamentará seu pedido de absolvição por insignificância com base no princípio da

- (A) aceitação social.
- (B) intervenção mínima.
- (C) reserva legal.
- (D) isonomia.
- (E) ampla defesa.

3. (FCC - 2023)

A lei penal posterior

- (A) retroagirá em qualquer hipótese.
- (B) não retroagirá, salvo a pedido da vítima.
- (C) não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- (D) não retroagirá, salvo para prejudicar o réu.
- (E) não retroagirá em nenhuma hipótese.

4. (FCC - 2022)

O Código Penal estabelece que a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. Sobre a relevância da omissão, o dever de agir incumbe a quem

- I. tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.
- II. tenha assumido a responsabilidade de impedir o resultado.
- III. criou, com seu comportamento anterior, o risco da ocorrência do resultado.
- IV. impede que o resultado se produza.

Está correto o que se afirma **APENAS** em



1. (FCC - 2022)

Nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Regula o acesso a informação), são exemplos de pessoas jurídicas que devem se subordinar aos seus ditames:

- (A) Empresas públicas, empresas privadas com fins lucrativos e sociedades de economia mista.
- (B) Empresas privadas com fins lucrativos, sociedades de economia mista e fundações públicas.
- (C) Fundações públicas, autarquias e empresas privadas com fins lucrativos.
- (D) Autarquias, empresas privadas com fins lucrativos e fundações públicas.
- (E) Empresas públicas, sociedades de economia mista e autarquias.

2. (FCC - 2025)

Uma prefeitura de uma metrópole, com mais de 10 milhões de habitantes, implantou uma nova política de transparência, disponibilizando informações sobre projetos de revitalização urbana em uma página oficial da internet. Contudo, moradores da região informaram que as informações não estavam atualizadas e que não era possível realizar buscas detalhadas no portal. Diante disso, um cidadão apresentou uma reclamação formal. Com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a Administração Pública

- (A) está dispensada de atualizar informações relacionadas a projetos de revitalização, pois são de interesse específico, não coletivo.
- (B) deve divulgar as informações tanto por atendimento telefônico quanto em formato impresso, para consulta em bibliotecas públicas, como alternativas ao portal.
- (C) não precisa atualizar as informações, desde que estas sejam disponibilizadas em outros meios de comunicação, como boletins informativos e SMS.
- (D) deve garantir a atualização das informações e a acessibilidade do portal, incluindo ferramentas de busca.
- (E) não precisa incluir ferramentas de busca nos portais, desde que a informação seja divulgada de forma alternativa nos atendimentos presenciais ou por telefone.

3. (FCC - 2022)

De acordo com o que dispõe a Lei nº 12.527/2011, que disciplina o acesso à informação,

- (A) por questões de segurança institucional, não é possível a interposição de qualquer recurso quando não for autorizado o acesso à informação por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa.
- (B) o acesso à informação de que trata a Lei compreende, entre outros, o direito de obter informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos, ainda que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (C) qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos na lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e, ainda, cumprir as exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.



1. (FCC - 2021)

A discussão teórica sobre o conceito de Direito Administrativo se estabeleceu, a partir do debate acadêmico europeu do Século XIX, em torno de determinados traços distintivos da disciplina. Dentre as escolas que então se formaram, aquela que enfatizava a importância da distinção entre “atos de império” e “atos de gestão”, para fins de definição do campo científico jusadministrativo, é a escola

- (A) do serviço público.
- (B) teleológica ou finalista.
- (C) da puissance publique ou potestade pública.
- (D) da gestão pública.
- (E) imperialista ou da supremacia administrativa.

2. (FCC - 2023)

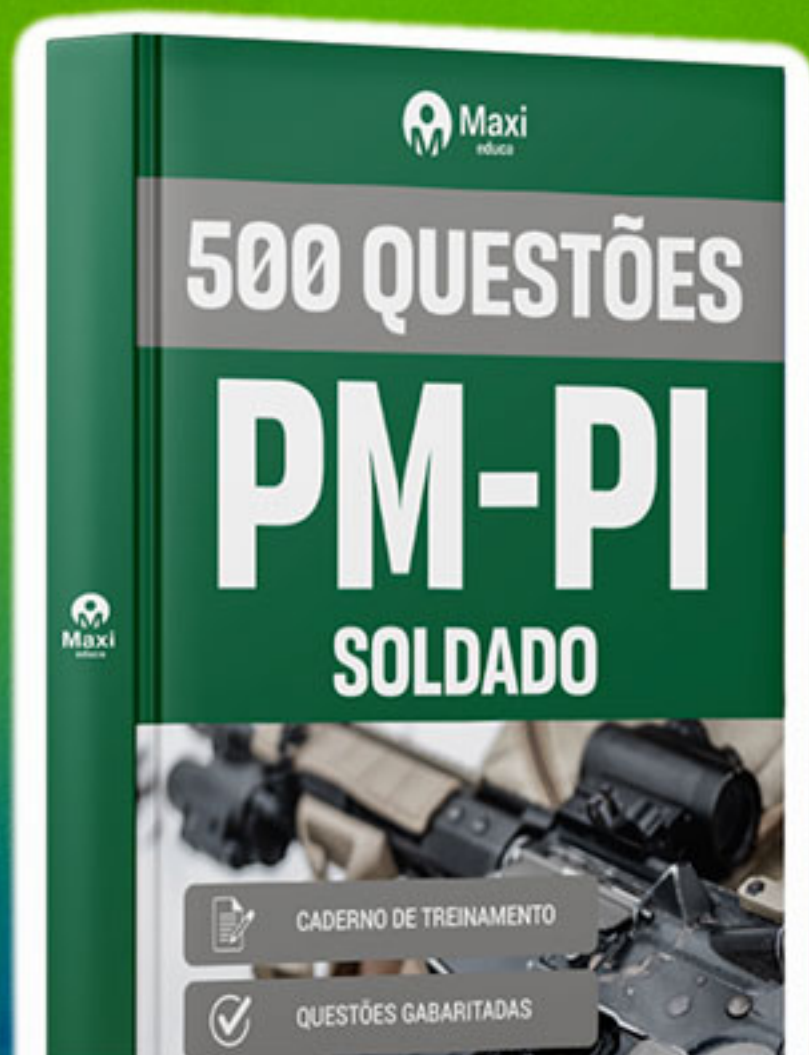
O poder em que o administrador fica preso ao enunciado da lei, mas esta **NÃO** estabelece um único comportamento a ser adotado por ele em situações concretas corresponde ao poder da Administração Pública conhecido como

- (A) vinculado.
- (B) discricionário.
- (C) legal.
- (D) não abusivo.
- (E) de polícia.

3. (FCC - 2025)

Editada uma lei estabelecendo direitos dos administrados de acesso a processos administrativos e atendimento em órgãos públicos, o Chefe do Poder Executivo da mesma esfera federativa editou decreto disciplinando as solicitações de vista aos processos, assim como previsões quanto ao controle de entrada e saída de pessoas dos prédios públicos onde funcionam as unidades administrativas de atendimento ao público. O decreto editado

- (A) é manifestação do poder regulamentar da Administração Pública, que se presta a explicitar e detalhar a forma de dar cumprimento às disposições legais regulamentadas.
- (B) constitui expressão do poder disciplinar, decorrente da hierarquia estabelecida entre a Administração Pública e os administrados.
- (C) é manifestação do poder de polícia da Administração Pública, que abrange a possibilidade de instituir restrições de direitos em face de leis autorizativas.
- (D) decorre do poder normativo da Administração Pública, pois constitui a edição de decreto autônomo do Executivo, instituindo direitos e obrigações aos administrados em geral.
- (E) foi regularmente editado, considerando que as disposições legais sejam constitucionais, pois cabe aos decretos regulamentares suprir as lacunas da lei, mediante exercício de competência legislativa concorrente.



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!